

CÂMARA DOS DEPUTADOS



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nº 3399, de 2018

Do Sr. Deputado IVAN VALENTE

ao

CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

3399/2018

(Dos Srs. Ivan Valente, Chico Alencar, Edmilson Rodrigues, Glauber Braga, Jean Wyllys; e Sra. Luiza Erundina)

Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, informações acerca dos gastos do Governo com propaganda sobre a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, informações acerca dos gastos do Governo com propaganda sobre mudanças na Previdência.

No final da tarde do dia 17 de fevereiro de 2018(sábado), o Governo Federal começou a divulgar nas redes sociais vídeos publicitários (obviamente com ônus) para justificar a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro. Segundo descreve e confirma a reportagem do jornal Folha de S. Paulo¹ do mesmo dia, a peça mostra militares nas ruas e diz que a medida vai levar segurança ao Rio de Janeiro e visa “devolver a tranquilidade ao cidadão”. Detalhe: sem qualquer informação sobre o planejamento da intervenção e suas consequências práticas.

No dia 22 de fevereiro, o jornal O Globo publicou anúncio² em duas meias páginas, sem assinatura de agência publicitária responsável, vendendo a ideia de que “O governo que está tirando o país da maior recessão de sua história, agora vai tirar o Rio de Janeiro das mãos da violência”. Ao fundo do texto, há a imagem de

¹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/02/governo-faz-propaganda-em-redes-sociais-da-intervencao-no-rio.shtml>

² Disponível em: <http://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20180222>



uma família feliz, entre as praias do Leblon e Ipanema. Matéria da Revista Forum³, do dia 23 de fevereiro, informa que o custo de um anúncio desses, incluindo a produção, seria de R\$ 551.624,00, segundo dados que teriam sido repassados pela própria Editora Globo.

Cabe lembrar que fenômeno recente, embora em maior amplitude, aconteceu com a Reforma da Previdência, conforme já salientado também pelo PSOL em Requerimento de Informação ainda sem resposta. No caso da Previdência, as capas das revistas “Istoé”, “Istoé Dinheiro”, “Época”, e “Veja” foram compradas pelo Governo Federal para fazer propaganda em prol das mudanças nas regras da área. Antes disso, já havíamos apontado no passado, diversas matérias de diferentes órgãos de imprensa noticiaram gastos altíssimos do Governo com propagandas em favor das alterações no regime da Previdência (“Uol”, portal “Poder360”, da Folha de S. Paulo⁶).

Em novembro de 2017, o Governo pedira ao Congresso a liberação de R\$99 milhões a mais em verba publicitária para esta finalidade. Além da incoerência neste pedido (afinal, segundo o discurso do próprio governo, a “reforma” é necessária para uma redução radical de gastos públicos), já ali percebíamos uma ofensiva agressiva em união com os grandes meios de comunicação. Entre janeiro e junho de 2017, por exemplo, o Governo já havia **executado** R\$ 100 milhões em despesas com comunicação, incluindo a Previdência.

Assim, considerando a importância de seguirmos os preceitos elencados pela Constituição Federal, em seu artigo 37, no que tange à principiologia da Administração Pública, em especial a moralidade e a transparência pública, além obviamente da razoabilidade, indagamos:

³ Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/segundatela/2018/02/23/governo-torra-dinheiro-em-anuncio-sobre-intervencao-no-rio-com-familia-margarina/>

⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2017/07/11/temer-gasta-r-100-milhoes-em-campanha-pela-reforma-da-previdencia.htm>

⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/zombaria-diz-renan-calheiros-sobre-propaganda-da-reforma-da-previdencia/>

⁶ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1937464-congresso-autoriza-repasse-de-r-99-milhoes-para-publicidade-da-reforma-da-previdencia.shtml>



* C D 1 8 0 1 3 7 7 3 1 0 6 6 *

- a) Qual foi o preço pago oficialmente pelo governo para a elaboração e produção da peça publicitária que ocupou as páginas de O Globo e qualquer outro veículo em que por ventura tenha saído material semelhante, bem como o material veiculado em redes sociais?
- b) Quais foram os preços pagos pelo governo por cada inserção da propaganda nos respectivos veículos? Apresente plano de mídia completo, com diferenciais de preços para anúncios convencionais.
- c) O Art. 37. § 1º da Constituição diz que: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos”. Na opinião do Governo, a função da verba publicitária é convencer ou informar/educar? Neste caso, embasar o motivo alegado, principalmente em relação à prioridade deste tema em relação a outros.
- d) Quais foram as Agências de Propaganda que intermediaram à aquisição do(s) espaço(s)?
- e) O orçamento utilizado para a despesa pertence, originalmente, a que Ministério? Identificar o valor agregado e a rubrica orçamentária para pagamento das referidas publicidades. Identificar também se houve abertura de crédito orçamentário ou foi realizado remanejamento de recursos existentes para tais publicidades.
- f) Quais foram os gastos em campanha publicitária, apresentados de forma comparativa, em outros temas priorizados pelo governo? Apresente plano de mídia para cada tema no último ano, com diferenciais de preços para anúncios convencionais.



JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento vem se somar aos esforços da sociedade para que o poder instituído preste informações e seja transparente em suas escolhas. Em uma matéria de tanto relevo e sensibilidade como a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro, é interessante conhecer os métodos e os intuitos do governo. Afinal, se ele representa a população, até que ponto pode-se utilizar de mecanismos de “convencimento” sem qualquer tipo de contraponto?

Os processos traumáticos pelos quais passamos exigem mudança drástica de conduta. É necessário à legitimidade de qualquer governo numa democracia a exposição de seus valores e suas reais preocupações ao tomar decisões. Pedimos tais esclarecimentos em favor da população e para fortalecer o papel da Casa Legislativa na fiscalização democrática. Principalmente após os vultosos gastos já aplicados à Reforma da Previdência, como assinalado também no neste requerimento. Se o Governo atual alega grande déficit gastos vultosos como os aqui elencados merecem uma justificação contundente à sociedade.

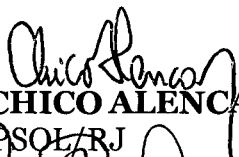
Nestes termos, requer o encaminhamento.

27 FEV. 2018

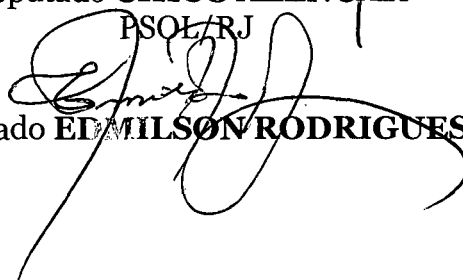
Brasília, 27 de fevereiro de 2018.



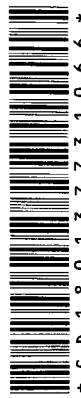
Deputado **IVAN VALENTE**
PSOL/SP- LÍDER



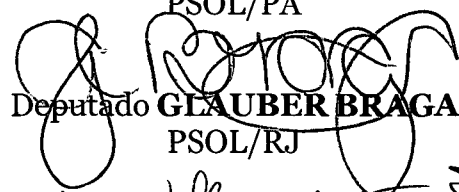
Deputado **CHICO ALENCAR**
PSOL/RJ



Deputado **EDMILSON RODRIGUES**



PSOL/PA


Deputado **GLAUBER BRAGA**
PSOL/RJ


Deputado **JEAN WYLLYS**
PSOL/RJ

Deputada **LUIZA ERUNDINA**
PSOL/SP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

28/02/2018
11:51

MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

DESIGNAÇÃO DE RELATOR

Designo relator da seguinte proposição o senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente.

RIC 3.399/2018 - do Sr. Ivan Valente - que "Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, informações acerca dos gastos do Governo com propaganda sobre a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro. "



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA PRIMEIRA-VICE-PRESIDÊNCIA

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 3399/2018

Autor: Deputado Ivan Valente - PSOL/SP

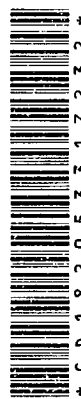
Destinatário: Ministro-Chefe da Casa Civil

Assunto: Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, informações acerca dos gastos do Governo com propaganda sobre a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

Despacho: O presente requerimento de informação está de acordo com a Constituição Federal, artigo 50, § 2º, e com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, artigos 115 e 116. Dispensado o relatório em conformidade com o § 1º do artigo 2º do Ato da Mesa nº 11/1991, o parecer é pelo **encaminhamento**.

Primeira-Vice-Presidência, em 1 de março de 2018.


Fábio Ramalho
Primeiro-Vice-Presidente





Câmara dos Deputados

RIC 3.399/2018

Autor: Ivan Valente

**Data da
Apresentação:** 27/02/2018

Ementa: Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, informações acerca dos gastos do Governo com propaganda sobre a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

**Forma de
Apreciação:**

**Texto
Despacho:** Aprovação pelo Presidente, Dep. Rodrigo Maia, "ad referendum" da Mesa, do parecer do senhor Deputado Fábio Ramalho, Primeiro Vice-Presidente, pelo encaminhamento.

**Regime de
tramitação:**

Em 02/03/2018


RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados



1FFBD1E724

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1899 /18

Brasília, 07 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

ELISEU PADILHA

Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República

Assunto: **Requerimento de Informação**

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO.
EM 7/03/18
Nome do autor e legível:
<i>Stevane</i>
Ponto:

Senhor Ministro,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento nº 3389/2018	Chico Alencar
Requerimento nº 3399/2018	Ivan Valente

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,


Deputado GIACOBINO
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/LMR

Aviso nº 144 /C.Civil/PR

Brasília, 29 de março de 2018.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado GIACOBO

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

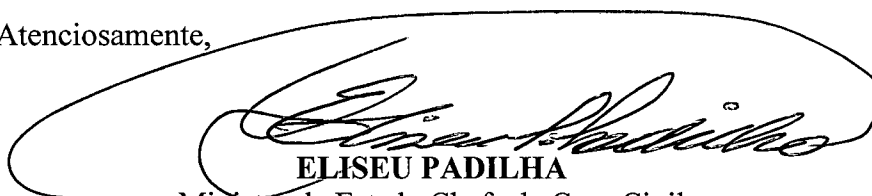
Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, 1ª Secretaria, Edifício Principal, sala 27
70160-900 – Brasília, DF

Assunto: **Requerimento de Informação nº 3399/2018, de autoria dos Deputados Ivan Valente, Chico Alencar, Edmilson Rodrigues, Glauber Braga, Jean Wyllys e Luiza Erundina.**

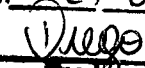
Senhor Primeiro-Secretário,

Em atenção ao Ofício 1ª SEC/RI/E/nº 1899/18, de 7 de março de 2018, que encaminhou o requerimento em epígrafe, envio a Nota SAJ nº 29/2018/SAAINST/SAJ/CC-PR, de autoria da Subchefia para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA
Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

PRIMEIRO SECRETARIA	
Documento desta Secretaria sem a indicação ou apêndice de caráter sigiloso, nos termos do Decreto n. 7.845, de 14/11/2012, do Poder Executivo.	
Em 02/04/18	às 09h30
 Servidor	702042
Epitácio Severino Colli Portador	



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Nota SAJ nº 29 / 2018 / SAAINST/SAJ/CC-PR

Interessado: Câmara dos Deputados

Assunto: Análise do Requerimento de Informação n. 3399/2018, de autoria dos Deputados Federais Ivan Valente, Chico Alencar, Emilson Rodrigues, Glauber Braga, Jean Wyllys e Luiza Erundina, que solicitam informações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil sobre os gastos do governo com propaganda sobre a intervenção federal militar na área de segurança pública do Rio de Janeiro.

Processo : 00001.000673/2018-97

Senhor Subchefe,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se do Requerimento de Informação n. 3399/2018, de autoria dos Deputados Federais Ivan Valente, Chico Alencar, Emilson Rodrigues, Glauber Braga, Jean Wyllys e Luiza Erundina, encaminhado a esta Casa Civil da Presidência da República por meio do Ofício 1ªSec/RI/E/nº 1899/2018, de 7 de março de 2018, e remetido a esta Subchefia para Assuntos Jurídicos, por meio do Despacho ASLEG/SE/CC/-PR 0522942, na mesma data, para manifestação sobre o enquadramento do ato nas competências da Casa Civil.

2. Em resumo, as autoridades requerentes solicitam ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Sr. Eliseu Padilha, informações detalhadas sobre os gastos do governo com propaganda sobre a intervenção federal militar no Estado do Rio de Janeiro.

3. É o relatório.

II - ANÁLISE

4. O artigo 50 da Constituição Federal e os artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados regulamentam o Requerimento de Informação de Deputado Federal a Ministro de Estado:

Constituição Federal

Art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificação adequada.

(...)

§ 2º - As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

Regimento Interno da Câmara dos Deputados

Art. 115. Serão escritos e despachados no prazo de cinco sessões, pelo Presidente, ouvida a Mesa, e publicados com a respectiva decisão no Diário da Câmara dos Deputados, os requerimentos que solicitem:

I - informação a Ministro de Estado;

Art. 116. Os pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, importando crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas, serão encaminhados pelo Primeiro-Secretário da Câmara, observadas as seguintes regras:

I - apresentado requerimento de informação, se esta chegar espontaneamente à Câmara ou já tiver sido prestada em resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia ao Deputado interessado, caso não tenha sido publicada no Diário da Câmara dos Deputados, considerando-se, em consequência, prejudicada a proposição;

II - os requerimentos de informação somente poderão referir-se a ato ou fato, na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da administração pública indireta sob sua supervisão:

a) relacionado com matéria legislativa em trâmite, ou qualquer assunto submetido à apreciação do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

b) sujeito à fiscalização e ao controle do Congresso Nacional, de suas Casas ou Comissões;

c) pertinente às atribuições do Congresso Nacional;

III - não cabem, em requerimento de informação, providências a tomar, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósitos da autoridade a que se dirige;

5. Cumpre informar que as competências da Casa Civil da Presidência da República são definidas pela Lei 13.502, de 1º de novembro de 2017. Veja-se:

Lei 13.502/2017

[...]

Seção I – Da Casa Civil da Presidência da República

Art. 3º À Casa Civil da Presidência da República compete:

I - assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente:

a) na coordenação e na integração das ações governamentais;

b) na verificação prévia da constitucionalidade e da legalidade dos atos presidenciais;

c) na análise do mérito, da oportunidade e da compatibilidade das propostas, inclusive das matérias em tramitação no Congresso Nacional, com as diretrizes governamentais;

d) na avaliação e no monitoramento da ação governamental e da gestão dos órgãos e das entidades da administração pública federal;

II - publicar e preservar os atos oficiais;

III - promover a reforma agrária;

IV - promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e

V - delimitar as terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos e determinar as suas demarcações, a serem homologadas por decreto.

6. Diante da análise dos dispositivos acima transcritos, verifica-se que o Requerimento de Informação em epígrafe versa sobre **matéria impertinente às competências deste órgão**, uma vez que Casa Civil da Presidência da República não detém atribuição para controlar os gastos do Governo com publicidade e propaganda, conforme questionado.

III - CONCLUSÃO

7. Assim, considerando o que dispõem a Lei 13.502, de 1º de novembro de 2017, e o art. 116, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, conclui-se pela **incompetência material** desta Casa Civil para o fornecimento das informações demandadas.

-8: Sendo esta a manifestação jurídica com relação às indagações encaminhadas por meio do Requerimento de Informação nº 3399/2018, sugere-se que, uma vez aprovada a presente nota SAJ, seja ela remetida ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil para que seja encaminhada em resposta à solicitação parlamentar.

À consideração superior.

Brasília, 9 de março de 2018.

ANA LÍDIA SOARES VASCONCELOS

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

ERICK BIILL VIDIGAL

Subchefe Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

APROVO.

GUSTAVO DO VALE ROCHA

Subchefe para Assuntos Jurídicos da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lídia Soares Vasconcelos, Assessor(a)**, em 13/03/2018, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



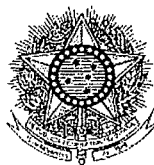
Documento assinado eletronicamente por **Erick Biill Vidigal, Subchefe Adjunto**, em 14/03/2018, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo do Vale Rocha, Subchefe**, em 16/03/2018, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **0537114** e o código CRC **70EBCFB2** no site:
(https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
PRIMEIRA-SECRETARIA

Ofício 1ªSec/RI/II/nº 2002 /18

Brasília, 03 de abril de 2018.

Exmo. Senhor Deputado
IVAN VALENTE
Gabinete 716 – Anexo 4

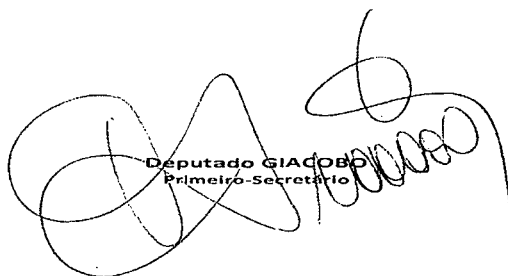
Assunto: **resposta a Requerimento de Informação**

RECEBI NESTA DATA A PRESENTE DOCUMENTAÇÃO.
EM 04/04/18
Nome por extenso e legível: Ivan Valente
Ponto: 22394

Senhor Deputado,

Encaminho a Vossa Excelência cópia do Aviso nº 144/C. Civil/PR, de 29 de março de 2018, da Casa Civil da Presidência da República, em resposta ao **Requerimento de Informação nº 3.399/2018**, de sua autoria.

Atenciosamente,


Deputado GIACOBINO
Primeiro-Secretário

